

MOEDAS E AS EMISSÕES DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

O comércio levado a cabo na época dos Descobrimentos teve muito a ver com a troca directa dos produtos levados pelos marinheiros e, em troca, adquiriam mercadorias que faziam falta em Portugal. O mesmo terá acontecido com a Inglaterra, Alemanha e Holanda que desenvolveram o comércio na costa ocidental da África, incluindo a Guiné.

Mas não só a troca directa foi praticada no comércio colonial. Ao longo dos tempos, o uso de várias formas de moeda foi prática corrente.

No entanto, não é fácil precisar a evolução das moedas utilizadas, pelo menos até à institucionalização de estabelecimentos bancários na Guiné, dada a escassez de informação.

Inicialmente, a cunhagem de moeda em ouro ou noutros metais nobres nada tem a ver com as emissões de moeda verificadas a partir da altura em que apareceram Bancos emissores. Tanto mais que os Bancos em Portugal são de criação relativamente recente - o primeiro Banco português foi criado em 1808 não na Metrópole mas no Rio de Janeiro. Por maioria de razão, é de data ainda mais tardia a abertura daquele que teria sido o primeiro Banco a ser instalado na Guiné: o Banco Nacional Ultramarino (BNU).

As várias metamorfoses do Papel-moeda em Portugal leva-nos à conclusão de que a circulação da moeda na Guiné, tal qual a conhecemos, terá a ver com a abertura da agência do BNU.

Repare-se que foi em 1687 a primeira experiência conhecida do uso do papel como forma de dinheiro, em Portugal, quando D. Pedro II mandou que os “Escritos da Casa da Moeda passados em troca de moeda cerceada corram como dinheiro de contado”.

Em 1757, as instituições denominadas Depósito Público e as Companhias do Grão-Pará e de Pernambuco funcionavam como bancos.

Em 1766, foram declaradas como «dinheiro líquido» para girarem no comércio as Apólices das Companhias Gerais.

Em 1784, D. Maria I ordenou que os “Escritos das Alfândegas gyrem no commercio como dinheiro corrente”.

Em 1797, é instituída oficialmente a utilização do papel como meio generalizado de pagamento – as «Apólices Pequenas» do Real Erário.

Em 1800, foi estabelecida uma Caixa de Desconto para receber e descontar Apólices Pequenas (D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Real Erário, propôs, entre outras medidas para amortização do papel-moeda, a criação de um Banco).

Em 1808, foi criado o primeiro banco português – o Banco do Brasil - no Rio de Janeiro, não tendo sido fácil a subscrição do seu capital de 1.200 contos.

Em 1816, João Fletcher apresentou um projecto para a criação de um Banco Público em Lisboa.

Em 29 de Dezembro de 1821, reuniram-se as Cortes (o Parlamento onde eram aprovadas leis), onde foi debatido o problema da dívida pública e do papel-moeda, sendo aprovado o decreto ordenando o estabelecimento denominado Banco de Lisboa. Por sua vez, a Carta de Lei de 31 de Dezembro manda pôr em execução o decreto das Cortes. O novo banco “poderá emitir notas pagáveis ao portador em metal ou letras à ordem...”, o qual começou a funcionar em 21 de Agosto de 1822, sendo emitidas as primeiras notas.

Em 1834, foi extinto o papel-moeda e o Banco de Lisboa foi encarregado da sua amortização e, no ano seguinte, alguns títulos do Tesouro Público foram admitidos na compra de bens nacionais “como se fossem moeda corrente”, surgindo, em 1837, Bilhetes de Tesouro que foram recebidos nas Repartições Fiscais como dinheiro contado.

Entre 1838 e 1844 são criadas, com o concurso do Banco de Lisboa, várias companhias financeiras, por exemplo, Confiança, Crédito Nacional, União, Auxiliar e Confiança Nacional, com a finalidade de conceder empréstimos ao Governo. Estas companhias emitiram títulos (pagáveis à vista e ao portador) designadas «notas promissórias» ou «bilhetes» muito semelhantes às notas do Banco de Lisboa.

A crise económica geral teve efeitos negativos no Banco de Lisboa e nas companhias anteriormente criadas. Por isso, o Governo obrigou aquele Banco e a Companhia Confiança Nacional a suspender, por algum tempo, os seus pagamentos (notas do Banco de Lisboa e promissórias da Companhia Confiança Nacional), surgindo a ideia da fusão de ambos. No dia 4 de Novembro de 1846, o Governo enviou ao Banco as bases da sua reabilitação e, no dia 19 do mesmo mês, foi assinado o decreto que integra o activo e o passivo da Companhia Confiança Nacional no activo e passivo do Banco de Lisboa, que passou a denominar-se Banco de Portugal que começou a funcionar no dia 2 de Dezembro daquele ano.

A Carta de Lei de 16 de Abril de 1850 considerou injustificado o monopólio da emissão de notas para o Continente e limita o privilégio de emissão do Banco de Portugal ao Distrito de Lisboa, tornando possível a criação de outros bancos emissores para o Continente e Ilhas.

A lei de 16 de Abril de 1850 veio permitir o aparecimento de vários Bancos:

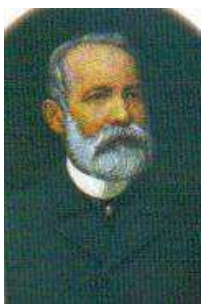
- em 1856 foi criado o Banco Mercantil Portuense;
- em 1861 foram criados o Banco União e a Nova Companhia Utilidade Pública;
- em 1863 foi criado o Banco Aliança;
- em 1864 foi criado o Banco do Minho;
- em 1873 foram criados o Banco Comercial de Braga e o Banco de Guimarães.

A lei de 23 de Maio de 1859 estabeleceu que as notas do Banco de Lisboa fossem retiradas de circulação e trocadas por «Inscrições»

Entretanto, em 1864, a Carta Régia de 16 de Maio - assinada em Sintra pelo rei D. Luís e referendada por Mendes Leal, Ministro da Marinha e do Ultramar, e por João

Crisóstomo de Abreu e Sousa, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria - constituiu a certidão de nascimento do Banco Nacional Ultramarino (BNU).

A par de outros bancos emissores em Portugal, o BNU teve como alvo a emissão de notas para as colónias portuguesas em África e Ásia. Função que desempenhou em partilha com as Juntas da Fazenda existentes: “Realmente, a instituição de um banco privado emissor para todo o Ultramar, que ao mesmo tempo podia praticar na Metrópole todas as operações permitidas por lei a que se não opusesse o privilégio do Banco de Portugal, é uma concepção verdadeiramente original”²⁴.



Esteve na origem da fundação do BNU Francisco de Oliveira Chamiço, que foi seu governador durante muitos anos. A criação deste banco foi uma das formas de Portugal afirmar, mais profundamente, a sua soberania sobre as colónias ultramarinas que, cada vez mais, estavam a ser cobiçadas por outros países europeus, graças à sua importância económica.

Francisco de Oliveira Chamiço
Fundador do BNU - emissor para as colónias

Em 1865, o BNU iniciou a sua actividade comercial e emissora em África, com a emissão de notas. Estabeleceu-se na cidade da Praia (Cabo Verde) no dia 23 de Outubro de 1865, sendo provavelmente a Dependência mais antiga das colónias portuguesas. Também naquele ano foi criada a sucursal em Luanda e, depois, em S.Tomé, Moçâmedes, Benguela, Goa, Mindelo (Cabo Verde), Quelimane, Ilha de Moçambique (a primeira sucursal na África Oriental, em 2 de Abril de 1877) e Lourenço Marques.

Com a primeira nota emitida em 1868, específica para cada colónia, foi, no entanto, em 1909 que o BNU procedeu a uma emissão de notas comuns para todas as colónias africanas. Tratou-se da denominada «Emissão Vasco da Gama», com valor de 1.000, 2.500, 5.000, 10.000, 20.000 e 50.000 réis²⁵

Com a queda da monarquia em 5 de Outubro de 1910, a unidade monetária Real viria, no ano seguinte, a dar lugar ao Escudo. A mudança do sistema monetário motivou a circulação do Escudo também nas colónias, excepto no Oriente.

O BNU teve um papel importante na circulação da nova moeda, tendo promovido a recolha da grande variedade de moedas que circulavam nas colónias. A última emissão de moeda em reis foi a mencionada «Emissão Vasco da Gama».

Em 28 de Outubro de 1911, foi decretado que a unidade monetária das colónias seria o Escudo que tinha sido criado em 22 de Maio daquele ano pelo Governo Provisório.

O Decreto de 18 de Setembro de 1913 determinou que “a partir de 1 de Janeiro de 1914 a contabilidade pública nas colónias portuguesas de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique será feita conforme o sistema monetário estabelecido pelo decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911”.

²⁴ Banco Nacional Ultramarino, Comemorações do 1º Centenário, 1864-1964, Lisboa 1965.

²⁵ In revista «Visão», edição do Coleccionador, ESCUDO, Factos & Feitos, de 31/01/2002.



Cédula do BNU, de 5 de Novembro de 1914, emitida para a Guiné (Bolama), Pagável em S. Tiago

Em 1914 foi emitida uma nota (cédula) do BNU para circular na Guiné, em Bolama, com a inscrição «Pagável em S. Tiago». A inscrição de Bolama nas notas tinha a ver com o facto desta cidade ser, na altura, a capital da Guiné.

Em 1915, a Agência do BNU em Bolama enviou uma carta para a sede em Lisboa alertando para a necessidade de, em futuras emissões de notas, estas tivessem cores diferentes consoante o valor para serem melhor identificadas, “porque o gentio, não sabendo ler, conheceria pelas cores o valor delas”.

A carta, reproduzida na citada revista «Visão», tem o seguinte conteúdo:

“Bolama, 25 de Março de 1915

Exm^a Gerência do Banco Nacional Ultramarino em Lisboa

Assunpto: Notas para emissão

No intuito de desenvolver nesta província a circulação das nossas notas, e muito principalmente para vencer o receio do gentio em receber papel em pagamentos de trabalho e compra de produtos, temos conseguido que as repartições públicas e grande parte do Comércio na cidade, façam os pagamentos ao gentio com notas e que indiquem logo o Banco para as irem trocar no caso de quererem e eles o não possam fazer.

Nesta Agência, quer o expediente esteja fechado quer não, trocam-se sempre as notas ao gentio e explica-se-lhe sempre o valor de cada nota. Assim temos conseguido vencer em muito o receio do preto em receber o n/papel, mas muito mais teríamos conseguido se as notas fossem de cores diferentes, isto é, inconfundíveis, porque o gentio, não sabendo ler, conheceria pelas cores o valor delas e perderia o receio de ser enganado pelos particulares, o que facilitaria em muito o fim que temos em vista.

Nestas condições, lembramos a V. Ex^{as}. a grande conveniência que haveria para o n/Banco de, na próxima emissão os naipes de notas serem de cores o mais diferentes possível, porque assim ficaria resolvida a maior dificuldade do desenvolvimento da circulação no meio gentílico, que é muito importante.

Somos com a maior consideração e estima

De V: Esx^{as}.”

(assinatura ilegível).

Em 14 de Setembro de 1917, o BNU fez uma encomenda de notas à casa impressora inglesa Bradbury, Wilkinson & Co, Lda, para circularem na Guiné: 120.000 notas de 50 centavos; 125.000 de 20 centavos e 150.000 de 10 centavos.

Em 1924, a falta de dinheiro em circulação em Cabo Verde levou o BNU não só a lançar, pela primeira vez, a «Emissão Cheques», mas também a utilizar em Cabo Verde as notas da Guiné, que tinham saído de circulação, carimbadas com a expressão Pagável em S. Tiago.

Em 1926, o reflexo de vários factores decorrentes da crise económico-financeira em Angola, assim como as fraudes ocorridas pelo Banco «Angola e Metrópole», levou à criação de um banco emissor específico para aquela colónia: o Banco de Angola. O escudo foi substituído pela moeda «angolar» que se manteve até 1951, voltando a ser restabelecido o escudo devido à Lei Orgânica do Ultramar de 1953.

Foi em 1933 que começou a circular na Guiné a primeira emissão de moeda metálica e, em 1938, a emissão de notas de 10 e 100 escudos da «Emissão Teixeira Pinto», reforçadas a partir de 1944 com as cédulas de 2,5 e notas de 500\$00. Com data de 20 de Novembro de 1958, o BNU fez uma emissão de notas de 500 escudos com a efígie de Teixeira Pinto que se notabilizou como militar nas campanhas de pacificação.

Emissão do BNU, de 20/11/1958, com a efígie de Teixeira Pinto (1876 – 1917)



Em 30 de Abril de 1964, foi feita uma emissão de notas de 1.000\$00, com a efígie de Honório Barreto, retirada de circulação em 1972²⁶ e, em 17 de Dezembro de 1971, fez uma emissão de notas de 50\$00 com a efígie de Nuno Tristão²⁷.

Quando em 1964 o BNU celebrou o 1º Centenário da sua fundação, as comemorações abrangeram todo o Continente, Ilhas Adjacentes e Ultramar. Em Bissau, as cerimónias tiveram lugar entre os dias 16 e 24 de Maio daquele ano. As festividades do centenário Banco foram variadas: Te Deum na igreja-catedral, actividades desportivas e uma sessão solene, realizada no salão de festas da Associação Comercial, com a presença das mais altas entidades civis, militares e religiosas.

Assistência ao sarau cultural no salão de festas da Associação Comercial, em Bissau



Mas uma das homenagens mais significativas foi a da Câmara Municipal de Bissau, que deliberou por unanimidade, em sessão de 20 de Maio, aprovar uma proposta do seu Presidente, nos seguintes termos:

“Atendendo a que o Banco Nacional Ultramarino fez um bairro de casas que é sem dúvida o melhor da cidade, e atendendo especialmente que o Banco Nacional Ultramarino está comemorando o seu primeiro centenário, tenho a honra de propor que seja dado o nome de «Rua do Banco Nacional Ultramarino», à rua sita entre o Palácio do Governo e o bairro referido, isto é, a rua que passa a nascente do Palácio”.

²⁶ «Visão» Edição Coleccionador: Honório Barreto, falecido em 1859, foi governador de Bissau, de Cacheu e da província da Guiné. Reconstruiu Bolama que tinha sido destruída pelos ingleses. Reorganizou a administração da Guiné e, no plano militar, estabeleceu a soberania portuguesa em várias campanhas, pacificando o território, tanto contra invasões externas como contra sucessivas sublevações étnicas.

²⁷ Idem. Nuno Tristão, navegador que explorou a costa africana em pelo menos quatro grandes viagens, entre 1440 e 1446. Descobriu o Cabo Branco na sua primeira expedição. Chegou, mais tarde, à região que é hoje o Senegal, a Norte da Guiné-Bissau. Morreu num combate com indígenas no norte da actual Gâmbia.

O centenário foi motivo para a emissão de uma medalha e selos comemorativos, tendo sido a Guiné contemplada com um selo de 2\$50 com a efígie de João de Andrade Corvo, que foi Ministro do Ultramar em parte do período dos primeiros vinte anos de existência do BNU.

Primeira emissão em 30 de Abril de 1964 ,
efígie de Honório Barreto
(retirada em 1972)



Com a independência da Guiné-Bissau, o BNU cessou as suas funções. O Banco Nacional da Guiné-Bissau foi criado como banco emissor da nova unidade monetária o «peso guineano», dividido em 100 centavos e equivalendo a 27,10 por dólar (Dezembro de 1975) e a 36,36 por dólar, em Março de 1980.

Mas os problemas com a dívida externa, a inflação (que rondava os 60%) e o défice orçamental determinaram a fragilidade da moeda guineense.

Como forma de ultrapassar os problemas monetários, a Guiné-Bissau aderiu, em 2 de Maio de 1997, à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) -zona do franco - tendo sido adoptado o «franco CFA», de que faziam parte o Senegal, Mali, Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Níger e Togo.

Daí que, de 2 de Maio a 31 de Julho de 1997, o «peso» foi substituído pelo «franco»(CFA), emitido pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental.

Apesar da perda de influência do sector bancário português nos primeiros anos pós-independência, anos depois, em 5 de Março de 1989, surgiu um novo banco com capitais portugueses e guineenses: o Banco Internacional da Guiné-Bissau (BIGB). Foram subscritores dos capitais portugueses o grupo financeiro do Crédito Predial Português, com 51%, e os restantes 49% pertenciam ao Estado da Guiné-Bissau e accionistas locais.



Fachada do Banco Internacional da Guiné-Bissau atingida por vários disparos durante o conflito 1998/1999
. Porta tapada com blocos de cimento
IN revista Magazine (DN-Lisboa, Outubro 1999)

O BIGB foi extinto em 2001 pelo governo do então deposto presidente Kumba Ialá, depois de ter sido dado como tecnicamente falido, na sequência de uma auditoria feita por peritos internacionais. Os 32.000 pequenos depositantes do BIGB ficaram com os seus depósitos em risco, sem um fim à vista pelo menos até 2004. “O governo do

antigo primeiro-ministro guineense Alamara Nhassé, depois de muitos apelos para a devolução do dinheiro emprestado pelo BIGB aos chamados «homens de negócios do país», entregou o caso ao Tribunal Regional de Bissau (TRB) para a cobrança compulsiva aos devedores do extinto banco²⁸.

Mais tarde, o sector bancário privado voltou a surgir, tendo sido criado o Banco da África Ocidental (BAO), detido maioritariamente pelo grupo português Montepio Geral. Em 2005, apenas existia este banco privado, embora o Governo guineense tivesse recebido propostas para instalação de novos grupos financeiros estrangeiros, tais como o Banco Regional de Solidariedade (BRS), Companhia Bancária da África Ocidental (CBAO), ECOBANK e o Banco Mauritiano do Comércio e Indústria.

²⁸ In semanário «Tribuna da Madeira», suplementos TE, 26/12/2003 e 29/04/2005.